

**A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E AS SEXUALIDADES DISSIDENTES NO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO:
UMA DISCUSSÃO SOBRE O ESTADO DA ARTE**

Robério Nunes Maia

Universidade Federal de Educação do Rio Grande do Norte

roberionunespsi@gmail.com

Avelino Aldo de Lima Neto

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Programas de Pós-graduação em Educação (UFRN) e em Educação Profissional (IFRN)

avelino.lima@ifrn.edu.br

RESUMO

Este trabalho é parte inicial de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A investigação se insere em um projeto mais amplo, financiado pelo CNPq e intitulado *Corpo, gênero e sexualidade na Educação Profissional*. Empenhamo-nos, nesta ocasião, em alargar o estado da arte anteriormente realizado, a fim de demonstrar a relevância do estudo para o campo epistemológico da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Adotamos os descritores “sexualidade” e “Educação Profissional” para a busca em portais de periódicos Capes, BDTD, Repositório do PPGEd/UFRN, no banco de dissertações do PPGEP/IFRN e no GT 09 da ANPED, concentrando as pesquisas na área de conhecimento da Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Humana Integral, Sexualidade, Educação Profissional, Ensino Médio Integrado, Corpo.

**BODY, SEXUALITY AND CURRICULUM IN PROFESSIONAL EDUCATION: A LOOK AT
THE STUDENT SUBJECTION PROCESSES OF INTEGRATED HIGH SCHOOL**

ABSTRACT

This work is an initial part of a Master's research carried out in the Postgraduate Program in Education of the Federal University of Rio Grande do Norte. The research is part of a larger project, funded by CNPq and entitled “Body, gender and sexuality in Professional Education: epistemological and subjective scenarios”. In this perspective, we strive to realize the state of the art for the relevance of the study and epistemological field of research in Professional Education - PE. We adopted the descriptors “sexuality” and “Professional Education” to search through Capes, BDTD, PPGEd / UFRN Repository portals, PPGEP / IFRN dissertation database and ANPED GT



KEYWORDS: Body, Sexuality, Professional Education.

1. INTRODUÇÃO

Em tempos de recrudescimento dos direitos conquistados em uma tão jovem democracia como a brasileira, pensar o corpo e a sexualidade na Educação Profissional através dos processos de subjetivação dos estudantes inseridos nas instituições de ensino reforça a importância de se construir um diálogo para além das questões que estão explícitas nos currículos formais e evidenciar as demandas que estão interligadas pelo currículo oculto nos espaços acadêmicos. Nesse sentido, é necessário reforçar ações que visibilizam as práticas de subjetivação de adolescentes e jovens com vistas à garantia da formação humana integral, privilegiando os direitos conquistados e, mais do que isso, afirmar que se viva as experiências de suas sexualidades dentro e fora da escola, pois diante das graves crises que vivenciamos no sistema democrático brasileiro, é visto que se concretiza a cada dia os ataques à educação. A fragilização das políticas educacionais, as famigeradas reformas curriculares na Educação Básica, bem como os cortes de verbas dos Institutos e Universidades Federais (IF e UF) comprometem as estruturas fundamentais do desenvolvimento humano, científico e tecnológico do país. É a garantia de direitos conquistados em um árduo processo democrático que se encontra em risco.

Os avanços reacionários presentes no campo político do Estado democrático, acompanhados por um discurso de ódio e intolerância, atinge as escolas, inclusive as de Educação Profissional. Para Lima Neto, Cavalcanti e Gleyse (2018), nas discussões sobre as relações entre currículo integrado, gênero e política, que, surge um campo de disputa ideológica, respaldadas por projetos de lei, como o “Escola sem Partido”¹, que atuam contra uma suposta “ideologia de gênero”. Esses movimentos conservadores visam o apagamento dos desejos não-heterossexuais e fazem prevalecer uma lógica heteronormativa, reproduzindo os papéis e posições de dominação social, em interação constante com a categoria de classe. Junqueira (2017), ressalta que esses dispositivos ideológicos têm funcionado como um dispositivo acionador de pânico moral.

Face ao exposto, o presente trabalho, recorte de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tem como objetivo problematizar, no interior dos processos de subjetivação vivenciados por estudantes do Ensino Médio Integrado, as questões concernentes ao corpo e à sexualidade. A

¹ PL 7180/14

investigação se insere em um projeto mais amplo, financiado pelo CNPq e intitulado *Corpo, gênero e sexualidade na Educação Profissional: cenários epistemológicos e subjetivos*, aprovado pelo edital MCTIC/CNPq nº 28/2018 (universal).

Tomaremos como campo da pesquisa o Campus Natal-Central do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), instituição que, pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Especializado na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, o IFRN integra, no seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) os conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos à formação humana integral, fundamentando-se nas ideias da pedagogia histórico-crítica.

O enfrentamento das questões emergentes que marcam, atualmente, o campo da educação, nas suas variadas formas e processos de produção de conhecimento, não podemos deixar de fazer as análises necessárias desse cenário no qual a escola está inserida. Os dilemas dos sujeitos em busca de emancipação levam-nos ao engajamento em um processo educativo que os torne agentes ativos dos processos de transformação social. Nesse sentido, é salutar pôr em evidência a construção do espaço de formação que adolescentes e jovens encontram na Educação Profissional Tecnológica (EPT), que é visibilizado por uma política de educação de qualidade, assegurada pela Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Por outro lado, é importante ressaltar o quanto o processo de democratização e ampliação da formação profissional, são atravessados por outras demandas de ordem socioeconômica e subjetiva, dentre as quais encontram-se comportamentos de risco, tais como: tentativas de suicídio, automutilação, distúrbios de alimentares, uso de álcool e outras drogas, transtornos depressivos ou outros transtornos associados à ansiedade. Essas demandas têm origem em outros cenários, distintos da formação técnica, e são expressões das múltiplas realidades nas quais esses sujeitos estão inseridos.

O estado da arte inicial realizado por Lima Neto, Cavalcanti e Gleyse (2018) na apresentação do dossiê *Corpo, gênero e sexualidade na Educação Profissional* revela a existência de uma lacuna no campo epistemológico da EPT, o que é sinalizado pela inexpressiva quantidade de estudos sobre corpo e sexualidade nessa modalidade educativa. Os autores indicam que, no contexto que deu origem à investigação sobre a temática, o contato com os serviços de Assistência Social e de Psicologia dos *campi* de alguns IF foi decisivo para o surgimento do interesse em perscrutar os

problemas existentes em torno dessas experiências. Nessa direção, vale destacar que a Assistência Estudantil é concebida como parte do processo educativo. Configura-se como direito social, espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando, por meio de ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com os estudantes, gerar efeitos educativos e, conseqüentemente, multiplicadores, de experiências e ações educativas, na garantia de assegurar a igualdade de condições de acessos necessários para permanência do aluno na escola.

A bases legais da Assistência Estudantil asseguram ao estudante o seu exercício de cidadania plena, fazendo valer o que está expresso na Carta Magna de 1988, na LDB (Lei 9.394/96) e no Plano Nacional de Assistência Estudantil das Instituições de Ensino Superior (PNAES), instituída pela Portaria 39, de 12 de dezembro de 2007, e regulamentado pelo Decreto 7.234/2010, que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Assim, faz-se necessária a garantia das condições básicas para concretização do direito à educação de qualidade, bem como às condições que fomentam uma perspectiva multi e interdisciplinar de profissionais nos processos de desenvolvimento do ensino-aprendizagem, garantindo uma equipe de trabalho capaz de desempenhar os indicadores preconizados no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição. Destaca-se, nesse contexto, a importância de profissionais de várias áreas, como assistentes social, psicólogos, fisioterapeutas, nutricionistas, médicos, odontólogos, enfermeiros e educadores.

Ao lançarmos nosso olhar sobre essas demandas surgidas no campo da Educação Profissional, reafirmamos o compromisso ético-político com as mais diversas formas de expressões de gênero e sexualidade existentes nos espaços formativos, bem como os princípios curriculares que assegurem a formação humana integral. As violências sofridas pelos alunos dentro ou fora da escola são reflexos de determinantes sociais, políticos e econômicos cuja gênese precisa ser investigada.

Face a essas demandas, não se pode negar que a formação crítica vivenciada na Educação Profissional ameaça a ordem ideológica vigente, desmascarando as estruturas e as estratégias de sujeição. Estas últimas buscam mecanismos de interdição, fazendo uso do aparelhamento do Estado, por meio de modelos e normas jurídicas para prescrever ao sexo uma relação reducionista com a lei, reduzindo as vivências sexuais a um regime biologicizante. Para Foucault (2018, p. 94), “todos os modos de dominação, submissão, sujeição se reduziram, finalmente, ao efeito de obediência”. Assim, ao assumir um projeto pedagógico emancipatório, não podemos

deixar que esse aparelho retórico se infiltre no currículo integrado através de “falas, omissões, silenciamentos, manifestações de servidores nos órgãos colegiados, ameaçando assim, a efetivação de uma cidadania plena para as pessoas LGBTI+” (LIMA NETO; CAVALCANTI; GLEYSE, 2018, p. 5) e outras populações vulneráveis presentes no espaço escolar, pois é nessa diversidade que poderemos encontrar e revelar múltiplas questões pedagógicas centrais para a Educação Profissional, como tornar visível o que se apresenta veladamente por meio do currículo oculto.

2. ESTADO DA ARTE

Num estado da arte inicial, já apresentado no IV Seminário de Docência e Contemporaneidade², restringimo-nos a pesquisar na área da “Educação Profissional”. Nesta ampliação do estado da arte, alargamos a escolha para a área da “Educação”, pois começamos a notar, nas buscas, que havia trabalhos relacionados aos campos empírico e epistemológico da EP, mas que não estavam categorizados nos portais no interior desta área.

Isto posto, quanto às lacunas epistemológicas no cenário da Educação Profissional, destacamos a carência acadêmica de estudos relacionados à sexualidade no Portal de Periódicos da CAPES. Foi realizado estado da arte, por meio do acesso remoto ao portal, a partir do vínculo com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Para tanto, considerou-se o recorte de 2008 a 2018. A escolha desse período de dez anos deve-se ao fato de, no ano de 2008, ter sido instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica através da Lei n. 11.892, assinada pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Realizamos a busca no portal de periódico da CAPES, utilizando o filtro assunto, usando os descritores “Sexualidade” e “Educação Profissional” juntos e com uso das aspa (“ ”) em cada um dos descritores para melhor especificar nosso interesse e as correlações nas áreas de investigação, apontando a existência de 14 artigos. Nessa busca, destacamos o dossiê *Estudos sobre Corpo, Gênero, Sexualidade e Currículo*³, publicado pela Revista *Espaço do Currículo*, do Grupo de Estudo e pesquisas em Políticas Curriculares (GEPPC), vinculado ao CNPq e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba. Nesse número temático, foram reunidos estudos que analisam práticas formativas e não formativas que

² Evento ocorrido de 13 a 14 de maio no Campus João Câmara do IFRN (<http://eventos.ifrn.edu.br/ivsedoc/principal>). Os anais deste evento ainda se encontram em produção.

³<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/rec.2015.v8n2.172175/13932>

abordam as questões sobre corpo, gênero e sexualidade em todos os níveis educacionais, bem como suas incorporações nos currículos escolares e na formação de professores. Essa contribuição visibiliza a importância na produção do conhecimento no comprometimento com os direitos humanos, como também põe em tela a construção de um campo discursivo para uma cultura de pluralidade e igualdade na escola e para além dela.

Outra fonte de busca foi a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Usamos o mesmo recorte temporal anteriormente mencionado, e ampliamos a busca inserindo os descritores no campo “assunto”, “corpo” e “sexualidade” filtrando para “Ciências Humanas – Educação”⁴, aparecem três trabalhos dos quais, dois têm temáticas próximas ao da nossa pesquisa (CARDOSO, 2016; OLIVEIRA, 2016). Usando “Corpo”, “Sexualidade” e “educação profissional”, escolhendo “todos os campos”, aparecem dois trabalhos, dos quais apenas a dissertação de Carrias (2011) se relaciona com termos pesquisados nessa busca. Por fim, usamos “Sexualidade” e “Educação Profissional”, escolhendo “todos os campos” e restringindo a área de conhecimento para “Ciências Humanas – Educação”. Aparecem dois trabalhos, dos quais apenas o de Oliveira (2019) interessa para a pesquisa.

Já no acesso ao Repositório Institucional da UFRN, focamo-nos nas teses e dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), com mesmo recorte temporal. Usamos, desta vez, o descritor “Educação Profissional”, e como resultados obtivemos 13 dissertações e teses, dos quais nenhuma apresenta correlação com o descritor “sexualidade”. Ampliando nossa busca na área de Ciências Humanas no Repositório da UFRN, usando os mesmos descritores e recorte temporal, encontramos 56 trabalhos, dos quais apenas um se relaciona com a presente pesquisa. Referimo-nos à dissertação de Primo (2018), produzida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPs), cujo objeto foram os sentidos produzidos por estudantes do IFRN-Campus São Paulo do Potengi sobre a diversidade sexual.

Também se agregam a esse estado da arte duas produções bastante significativas nesse campo epistemológico, que surge a partir das práticas vivenciadas pelos alunos da Educação Profissional. Uma destas obras intitula-se *Diversidade sexual e educação: uma relação de desafios e possibilidades*, da autoria de Pino (2017), que aponta para uma educação pública de qualidade, laica e não heterossexista, dentro de um projeto societário amplo, revelando que é possível

⁴ Ressaltamos que nessa pesquisa fizemos a opção por não usar os dados do Catálogo de teses e dissertações da CAPES, por apresentar um número bem mais alto de trabalhos, o que exige um trabalho mais apurado para o tratamento dos dados dentro do recorte desta pesquisa.

estabelecer um diálogo dentro das escolas, integrando vivências subjetivas das sexualidades nos processos educacionais, o que traz implicações decisivas nos processos de transformações sociais.

Na produção intitulada *Ouvi na Escola: relatos sobre gênero e diversidade no Colégio Pedro II*, coletânea organizada por Cerdera e Reis (2017), temos um leque de relatos produzidos no interior do Laboratório de Estudos em Educação e Diversidade (LEDi), do Colégio Pedro II (Rio de Janeiro/RJ) – instituição que compõe a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O mencionado laboratório é constituído por um coletivo de professores de disciplinas diversas e por estudantes do ensino Fundamental e Médio. O livro apresenta experiências e discussões sobre a produção de subjetividades dentro e fora da escola, bem como as formas de preconceitos e de violência física e simbólica que invisibilizam os corpos que não se conformam aos padrões heterossexuais vigentes.

As investigações apontadas no estado da arte de Lima Neto, Cavalcanti e Gleyse (2018) no âmbito do PPGEP/IFRN e do GT 09 da ANPED, instâncias epistemológicas importantíssimas na pesquisa e produção acadêmica em Educação Profissional, destacam que foram investigadas 52 dissertações defendidas, de 2013 a 2018, no PPGEP/IFRN. Ao utilizar o mecanismo de busca do *Acrobat Reader* e digitados os descritores “gênero” e “sexualidade”, das 12 dissertações defendidas no ano de 2018, apenas uma (MOREIRA, 2018, p. 147) alude à diversidade sexual e de gênero, ao situá-las como temas discutidos nas reuniões pedagógicas. No GT 09 da ANPED (Trabalho e Educação), dentre os trabalhos apresentados de 2008 a 2017, nenhum trabalho aludiu à sexualidade ou à orientação sexual, o que reforça ainda mais a existência da lacuna até agora apresentado desta temática ser trabalhada no campo epistemológico da Educação Profissional.

3. MÉTODO

Abraçaremos, nessa pesquisa, uma abordagem metodológica de natureza qualitativa que, segundo Minayo (1994), visa aprofundar-se no mundo dos significados, das ações e relações humanas. A fim de alcançarmos os objetivos a que nos propomos, escolhemos como sujeitos da pesquisa profissionais da psicologia que estão atuando na Assistência Estudantil, bem como alunos do 3º e 4º ano do Ensino Médio Integrado. Para a composição da amostra, recorreremos às informações registradas no sistema de uso interno institucional (SUAP). Para tanto, utilizamos a categorização dos atendimentos realizados pelas psicólogas do serviço de Assistência Estudantil,

especificamente do IFRN-*Campus* Natal Central. Como instrumentos de coleta de dados, realizar-se-ão entrevistas semiestruturadas com duas psicólogas e com um pequeno grupo de estudantes do 3º e 4º ano do Ensino Médio Integrado, com idades acima de 18 anos.

Quanto à composição da amostra, obtivemos, no atual estágio da pesquisa, alguns dados em contato com as psicólogas do IFRN. Elas nos forneceram o número de atendimentos prestados pelo serviço de Assistência Estudantil, bem como as queixas e demandas apresentadas por alunos que buscaram o serviço. No ano de 2018, o número de atendimentos foi de 4.373. Eles estão categorizados nas seguintes demandas: Ansiedade; Queixas escolares; Conflitos interpessoal; Conflitos com os pais ou parentes; Questões concernentes à sexualidade; Organização de horários de estudos; Autoimagem/autoestima; Sintomas depressivos; Outros sintomas de saúde mental; Orientação profissional; Perdas/luto; Violência/abuso; Uso de álcool e outras drogas; Transtornos mental diagnosticado; Queixas psicossomáticas.

No campus Natal-Central, as queixas correlacionadas com “Problemas com a homoafetividade” são 08. Já as queixas relacionadas às “Questões ligadas à sexualidade” são 04. Esses números fazem referência às demandas espontâneas e as queixas trazidas pelos alunos. Quanto à identificação realizada pelos profissionais que prestam os atendimentos, os dados mostram que os “Problemas com a homoafetividade” são, na verdade, 16, e as “Questões ligadas à sexualidade” contabilizam 11 atendimentos. Vale ressaltar que esses números se referem aos atendimentos feitos por apenas uma das psicólogas. Estávamos aguardando o retorno da segunda profissional, que estava em período de licença, para dar continuidade à composição da amostra.

De todo modo, diante dos dados apresentados, uma segunda etapa está sendo construída. Agora serão escolhidos os sujeitos que poderão participar da coleta de dados. Para tanto, optamos por buscar os que têm a idade mínima de 18 anos e que estão matriculados nos cursos de Ensino Médio Integrado. Para além dessa composição pelos atendimentos via SUAP a fim de acessar as subjetividades juvenis, a pesquisa também enfocará as questões interligadas ao currículo oculto da escola. Assim, buscaremos a aproximação dos coletivos gays, feministas e grêmio estudantil, a fim de realizarmos uma observação participante inspirada no método etnográfico.

O registro do discurso será realizado por meio de gravação de áudio. Vale salientar que, ao longo da escritura do trabalho, recorreremos ao cinema como linguagem indireta (MERLEAU-PONTY, 2004) para acesso aos sentidos presentes no problema da pesquisa, ampliando as relações com as categorias teóricas no campo epistemológico.

Para a apreciação dos filmes e a sua relevância para a pesquisa, retomaremos as indicações de Lima Neto e Nóbrega (2014), que ressaltam a importância de tomarmos o cinema como educação do corpo, do olhar e da sensibilidade. Assim, assumiremos uma posição de investigadores que se envolve nas dinâmicas da visibilidade suscitadas pela arte cinematográfica. Para tanto, enquanto instrumento metodológico de aproximação com as películas, adaptaremos o modelo da Ficha de Apreciação Fílmica apresentada pelos supracitados autores, a fim de organizar o exercício do olhar e ampliar a percepção sobre o fenômeno investigado, colaborando, desse modo, com a concretização do objetivo da pesquisa. Na ficha, elencaremos aspectos relativos à técnica cinematográfica e outros relativos às práticas e modos de subjetivação envolvendo o corpo, as sexualidades dissidentes, as práticas educativas vividas no currículo integrado e no currículo oculto.

4. RESULTADOS

Na construção do estado da arte, ao nos determos aos descritores “Sexualidade” e “Educação Profissional”, em um primeiro momento, usamos os dados dessa busca para composição de dados a serem apresentados no IV SEDOC, conforme já mencionamos anteriormente. Ao ampliarmos a busca para “Educação”, neste segundo estado da arte, encontramos uma produção que usa a Educação Profissional como lócus empírico, mas não necessariamente se vê na posição de “pesquisador da Educação Profissional”, uma vez que, não raro, falta o descritor “Educação Profissional” no próprio resumo dos trabalhos. Constatamos, assim, que são feitas pesquisas no interior domínio, tanto empiricamente – porque escolhem instituições da Rede Federal como lócus de pesquisa – , quanto teoricamente – porque dialogam com os autores da área. Porém, por terem sido feitas nos programas de Pós-Graduação em Educação, não são enquadradas nos portais de periódicos e catálogos de teses e dissertações como Educação Profissional. Isso se configura numa descoberta importante do ponto de vista epistemológico no que diz respeito às pesquisas envolvendo corpo e sexualidade na Educação Profissional.

Um importante pressuposto assumido nesta pesquisa é o fato de as condições de vulnerabilidade vivenciadas por adolescentes e jovens em seus contextos sociais chegarem a ter reflexos dentro da escola, uma vez que a escola é também parte integrante da sociedade. A Educação Profissional, como dispositivo de uma formação humana integral visando a emancipação dos sujeitos, a vida digna e o exercício pleno da cidadania, deve se propor a vencer as barreiras das violências, sendo protagonista de novas formas de resistência. No processo excludente que é próprio do sistema capitalista, configurado na disputa das classes sociais, estruturam-se formas perversas de poder nos diversos aparelhamentos sociais, seja na economia, na escola, na Justiça ou na religião. As instituições de Educação Profissional, nesse contexto, devem estar voltadas para as demandas subjetivas, que também são coletivas e atravessadas pelas realidades de classe, para discutir tais questões emergentes, dentro ou fora das instituições de ensino.

É importante ressaltar que as publicações em que os descritores “sexualidade” e “educação profissional” apresentam correlações começam a surgir a partir de 2017, em coletâneas de artigos construídas a partir das contribuições de alunos, professores e servidores, que integram a Rede Federal e que participam de grupos de pesquisa ou coletivos dos próprios estudantes (Coletivos negros, feministas, LGBT). Como efeito dos trabalhos realizados, entregam à sociedade e à escola esse resultado das construções que estão para além dos currículos formais. Nesse sentido, as publicações lançadas reforçam a existência e a pertinência em se tratar das questões de sexualidade no interior da Educação Profissional. Aparentemente inexistentes devido à invisibilidade epistemológica, conforme demonstramos em nosso estado da arte, tais questões mostram-se cada vez mais presentes graças à articulação de pequenos grupos de pesquisadores e dos coletivos estudantes. No espaço escolar, as demandas se manifestam por meio de acontecimentos do cotidiano das próprias instituições, dos sujeitos, ou da vida social exterior à escola. Cabe também, assim, à própria instituição de Educação Profissional encontrar formas diferentes de pensar, de resistir e existir.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar a dimensão assumida pela Educação Profissional na configuração da política de educação brasileira, no seu compromisso em promover uma educação de qualidade na promoção da formação humana integral, compreende-se a pertinência da atual pesquisa. Ele

pretende pensar os modos de produção subjetiva através dos quais as sexualidades dissidentes se manifestam nos espaços institucionais da referida modalidade educativa, ajudando a abrir nesta última, desse modo, um novo terreno de pesquisa. Para tanto, ressalta que, para além de um olhar acadêmico, é preciso alimentar um olhar para esses corpos imersos em variados contextos nos quais ainda são vítimas mais ou menos sutis dos discursos de ódio. Estes últimos perpetuam a lógica heteronormativa que alicerça o pensamento conservador e fundamentalista, no interior relações de poder e saber na sociedade, gerando para os grupos LGBTQ+ violações de direitos e ferindo, assim, o princípio da integridade humana, bem como os princípios que estão contidos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição de 1988.

Além da pesquisa revelar as lacunas existentes no campo epistemológico da Educação Profissional quanto às questões envolvendo a produção subjetiva das sexualidades dissidentes, sinaliza um caminho político que os coletivos potencializam dentro das instituições de ensino e chama atenção para as práticas de subjetivação das sexualidades. Vale ressaltar que esses modos de produção de sentido das sexualidades dissidentes não aparecem como problemática do ponto de vista epistemológico no campo teórico da Educação Profissional, uma vez que não são problematizados nem integram as questões pedagógicas do currículo formal. Por outro lado, as demandas ocupam um lugar da visibilidade quando se apresentam por meio do currículo oculto. O estado da arte aponta, portanto, um campo de pesquisa profícuo a ser explorado, sobretudo a partir das descobertas realizadas ao expandir a realização do estado da arte para a área da “Educação”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário oficial [da] União**, Poder executivo, Brasília, DF, Ano CXLV, n. 253, 30 dez. 2008. Seção 1. p. 1-3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 26 Juh. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Nacional de Assistência Estudantil. Portaria Normativa MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007.

BRASIL. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Disponível em: . Acesso em: 29 juh. 2019.

CARDOSO, Helma de Melo. **“O que é normal pra mim não pode ser normal pro outro”**: a abordagem de corpo, gênero e sexualidades nas licenciaturas do Instituto Federal de Sergipe, campus Aracaju. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

CARRIAS, Eleazar Venancio. **Relações de gênero, subjetividade e construção/constituição de identidades**: um caso na educação profissional e tecnológica. 2011. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CERDERA, Cristiane; REIS, Bruno. (org). **Ouvi na Escola**: relatos sobre gênero e diversidade no Colégio Pedro II. São Cristóvão, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 7ªed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

LIMA NETO, A. A.. NÓBREGA, T. P. **Corpo, cinema e educação: cartografia do ver. HOLOS**, ano 30, v. 5, p. 81-97, 2014.

MERLEAU-PONTY, M. A linguagem indireta e as vozes do silêncio. In: _____. **O olho e o espírito seguido de A linguagem indireta e as vozes do silêncio e A dúvida de Cézanne**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004

MINAYO, M. C. S. __. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Anselmo Lima de. **Discursos sobre corpo, gênero e sexualidade na educação do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe**. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

OLIVEIRA, Caíque Diogo de. **Jovens estudantes do ensino médio integrado no Instituto Federal de Salto**: experiências do presente e projetos de futuro. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de São Carlos Campus Sorocaba. São Paulo, 2019.

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

PINO, Aline Muras de Oliveira. **Diversidade sexual e educação: uma relação de desafios e possibilidades**. Natal: IFRN, 2017.

PRIMO, Izabelle Cristina de Medeiros. **Produção de sentidos sobre diversidade sexual por jovens rurais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

